

SER Social

TRABALHO, LUTAS SOCIAIS
E SERVIÇO SOCIAL

Brasília (DF), v. 26, nº 55, de julho a dezembro de 2024

Serviço Social e lutas sociais: relato de uma experiência na Prefeitura de São Paulo (1979-1982)

*Social Work and social struggles: an account of an experience in São
Paulo City Hall (1979-1982)*

*Trabajo Social y luchas sociales: relato de una experiencia en el
Ayuntamiento de São Paulo (1979-1982)*

Maria Beatriz Costa Abramides¹

<https://orcid.org/0000-0001-6347-8624>

Maria Lúcia Duriguetto²

<https://orcid.org/0000-0001-5800-7289>

Recebido em: 11/05/2024

Aprovado em: 20/05/2024

1 Pós-doutorado em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Doutorado, mestrado e graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora assistente doutora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2931326982352100>>. E-mails: <biabramides@gmail.com> e <mabramides@pucsp.br>.

2 Pós-doutorado pela Universidade da Calábria (Itália). Doutorado e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, nível 2 (PQ2), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0944692796969354>>. E-mail: <maluduriguetto@gmail.com>.

Resumo: O artigo trata do relato do trabalho de assistentes sociais e de demais profissionais vinculados a um órgão da Prefeitura Municipal de São Paulo junto a um movimento de moradia no período de 1979 a 1982. Esta experiência profissional é explicitada em suas relações e articulações com o processo de reativação da organização sindical da categoria em uma conjuntura política de forte ascensão do movimento operário e sindical e de proliferação de diversos movimentos sociais. São tais processos sociopolíticos que possibilitam a formulação de uma nova proposta de trabalho profissional no interior de um espaço sócio-ocupacional que tem como diretiva o estabelecimento de uma relação direta com os processos de mobilização e organização popular. Explicitamos aqui a implementação da referida diretiva e o processo de tensionamento, de repressão e de criminalização imposto pelo órgão institucional aos profissionais que estavam envolvidos na sua implementação e na sua defesa.

Palavras-chave: lutas sociais; trabalho profissional; criminalização.

Summary: The article reports on the work of social workers and other professionals linked to an agency of the São Paulo municipal government in a housing movement between 1979 and 1982. This professional experience is explained in terms of its relations and links with the process of reactivating the category's trade union organization in a political context of a strong rise in the workers' and trade union movement and the proliferation of various social movements. It is these socio-political processes that make it possible to formulate a new proposal for professional work within a socio-occupational space whose directive is to establish a direct relationship with the processes of popular mobilization and organization. Here we explain the implementation of this directive and the process of tension, repression and criminalization imposed by the institutional body on the professionals who were involved in its implementation and defence.

Keywords: social struggles; professional work; criminalization.

Resumen: Este artículo relata el trabajo de asistentes sociales y otros profesionales vinculados a un órgano del ayuntamiento de São Paulo en un movimiento de vivienda entre 1979 y 1982. Esta experiencia profesional se explica en términos de sus relaciones y vínculos con el proceso de reactivación de la organización sindical de la categoría en un

contexto político de fuerte ascenso del movimiento obrero y sindical y de proliferación de diversos movimientos sociales. Fueron estos procesos sociopolíticos los que permitieron formular una nueva propuesta de trabajo profesional dentro de un espacio sociolaboral cuya directriz era establecer una relación directa con los procesos de movilización y organización popular. Explicamos aquí la implementación de esta directriz y el proceso de tensión, represión y criminalización impuesto por el cuerpo institucional a los profesionales que participaron en su implementación y defensa.

Palabras clave: luchas sociales; trabajo profesional; criminalización.

Introdução

É na conjuntura situada a partir da segunda metade da década de 1970 que se assiste, na região e na cidade de São Paulo, a uma dinâmica de mobilização, organização e resistência da classe trabalhadora que se expressa no movimento operário e sindical, nos movimentos sociais de saúde, de moradia, de reivindicação de mais creches, de questionamento do custo de vida, nos movimentos estudantis, de mulheres, negros, das organizações partidárias de esquerda e progressistas, dentre outros. Em meio ao dado contexto, segmentos profissionais do Serviço Social tiveram uma participação destacada no apoio e no encaminhamento das lutas e das reivindicações dos referidos movimentos e organizações, o que ocasionou, nos espaços sócio-ocupacionais, a construção de ações profissionais sintonizadas com suas necessidades e seus interesses, para o fortalecimento de seus processos de mobilização e organização nos espaços extrainstitucionais. A construção de tais ações foi movida pela reativação das referidas lutas naquela conjuntura, que também reativaram a organização sindical profissional em 1978, o que constitui o móvel central para o embate contra o conservadorismo na formação profissional e nas organizações da categoria posto no Congresso da Virada, de 1979.

Não obstante as clivagens político-ideológicas do conjunto dos movimentos, das organizações e das lutas sociais, uma de suas principais demandas estava nas reivindicações por políticas e serviços públicos de qualidade para o atendimento de suas necessidades sociais, o que possibilitou a constituição de uma relação orgânica de segmentos profissionais do Serviço Social com “os de baixo”, incorporando – no cotidiano de suas ações institucionais – o fomento às suas dinâmicas organizativas

pela contribuição na formação de consciência sobre seus direitos e estimulando-os a lutar por eles. A particularidade dessa relação, da qual tratamos aqui, está na exposição, de forma inédita,³ de uma experiência de trabalho que se desenvolveu no âmbito da então Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), aparato institucional responsável pela criação e execução de políticas sociais do município de São Paulo.⁴ A experiência, inserida no citado aparato institucional, se destacou por estar “colada” ao processo de mobilização, organização e luta dos setores populares pela questão de moradia na Zona Leste da cidade de São Paulo (região de Itaquera-Guaianases) e que culminou, em 1982, com a repressão e a criminalização de segmentos profissionais. Antes de iniciarmos o relato, teceremos considerações sobre a reativação da organização sindical da categoria nos anos de gestão e desenvolvimento desta experiência. Reativação, aliás, que foi a expressão mais forte e notável da articulação entre segmentos profissionais do Serviço Social e as lutas sociais desenvolvidas na cidade de São Paulo no período em questão.

1. Os movimentos sociais e a organização política do Serviço Social: articulação orgânica no cenário sociopolítico da cidade de São Paulo no período de 1977 a 1982

Na segunda metade dos anos de 1970, mais precisamente a partir de 1977, vivencia-se a crise da ditadura militar-empresarial no Brasil, instaurada pelo golpe militar de 1964, em que se inaugura uma “página infeliz de nossa história”: um período obscurantista, repressivo, com

3 Segundo a assistente social Anna Maria Azevedo, as pessoas que faziam parte do movimento e suas lideranças diziam a ela que queriam escrever esta história. Dedicamos este artigo à memória de Wilson Hermes Alves Fiúza, uma dessas lideranças.

4 Houve sempre modificações no aparato institucional responsável pela criação e execução de políticas sociais do município de São Paulo. A Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (Sebes) foi criada em 1966, na gestão de Faria Lima. Em 1977, a gestão seguinte (de Olavo Setúbal) transformou a Sebes em Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes) e a vinculou à Secretaria da Administração Regional (SAR). Em 1979, o prefeito Reynaldo de Barros desvinculou a Cobes da SAR e a subordinou diretamente ao seu gabinete. Entre 1982 e 1985, Salim Curiati, que substituiu Reynaldo de Barros, que deixou o cargo para se candidatar a governador, criou a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), dando sua condução a José Ávila da Rocha, um coronel do Exército. A FABES era a instituição encarregada de executar as políticas sociais do município de São Paulo nos anos de 1982 a 1985. Ela prestava serviços assistenciais, educacionais e habitacionais à população de baixa renda (que recebia entre 0 a 5 salários mínimos) e aos desempregados. Os programas sociais eram executados pelas Supervisões Regionais de Serviço Social (SURS), que estavam distribuídas em 17 regiões administrativas, segundo a delimitação geográfica das Administrações Regionais (AR). Os técnicos dessas unidades eram alocados em equipes a partir de programas específicos: habitação popular, creches, assistência pública, educação de adultos, trabalho e informações técnicas. Diferentes categorias profissionais integravam os referidos programas: sociólogos, psicólogos, pedagogos, arquitetos, enfermeiros etc. As assistentes sociais constituíam a maioria.

perseguições, assassinatos, exílios de militantes, ativistas, operários, estudantes e sindicalistas da cidade e do campo que lutavam contra aquele estado de exceção ditatorial e por suas reivindicações imediatas e históricas como trabalhadoras e trabalhadores.

O ano de 1968 foi marcado por uma efervescência nas lutas estudantis e sindicais. O movimento estudantil realizou duas grandes passeatas nos centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, após a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, na Guanabara. Em outubro de 1968, realizou-se em Ibiúna (SP) o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, que foi duramente reprimido: todos os participantes foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. No âmbito das lutas sindicais, a partir da crise do desemprego e com a depressão econômica, acrescida da grande oposição ao regime ditatorial, foram deflagradas duas greves operárias: uma em Contagem (MG) e outra em Osasco (SP). O governo interveio e a polícia militar ocupou a cidade industrial. Desde 1965, o governo ditatorial já havia decretado atos institucionais coercitivos, repressivos e cerceadores das liberdades democráticas, cujo autoritarismo culminou, em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, que suspendeu todas as garantias constitucionais. A partir daí, os movimentos sociais, populares e estudantis foram desmantelados, os sindicatos sofreram intervenção e a ditadura inaugurou os chamados “anos de chumbo”, de 1968 a 1973, sob o governo do ditador Emílio Garrastazu Médici. As organizações clandestinas de esquerda que radicalizaram suas ações entre os anos de 1969 e 1971, para enfrentar o regime, foram massacradas pela repressão, eliminadas na prisão ou mortas em confrontos diretos. Tais grupos, que passaram a enfrentar o regime de exceção, não tinham base de sustentação popular, mas entendiam que a luta armada era “a única via possível para o combate à ditadura militar e de construção do processo revolucionário” (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 64).

Em 1974, o Governo Federal foi derrotado nas eleições estaduais e iniciaram-se, embora ainda de forma localizada, com especial destaque para o estado e a cidade de São Paulo, as citadas ações das oposições sindicais operárias contra os pelegos incrustados nos sindicatos, dentre elas o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica (MOMSP) na cidade de São Paulo, epicentro da industrialização, que se intensificou a partir de 1975.

No período de 1974 a 1975, foram retomadas as mobilizações estudantis, operárias e populares, em cujo âmbito emergiu o Clube de

Mães, em encontros que se tornaram a base do Movimento do Custo de Vida nas periferias da cidade de São Paulo, que contou com o apoio de trabalhadoras(es) de diversos ramos de atividade e categorias profissionais, como intelectuais, artistas, estudantes e setores da igreja progressista, que irromperam em meio às mobilizações sociais, em uma demonstração inequívoca de oposição à ditadura. Naquele processo de crise da autocracia burguesa no País, o Estado ditatorial foi empurrado e, em 1974, foi forçado a promover o processo de “distensão” do governo de Ernesto Geisel. A seguir, de 1979 a 1985, iniciou-se a “abertura democrática”, que foi um período constitutivo do processo de transição “controlada, lenta, gradual e pelo alto”, iniciada pelo então presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

Em 1977, os índices do custo de vida foram falseados pelo então ministro da Fazenda (Antônio Delfim Neto) e publicados pelo Banco Mundial, o que impulsionou uma luta massiva dos operários metalúrgicos pela reposição salarial de 34%, devida aos trabalhadores. Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma assembleia massiva dos metalúrgicos do ABC Paulista na luta pela conquista da reposição salarial. Foi um fato demarcado pela emergência do que se denominou de “novo sindicalismo”, cujas características passaram a se delinear por um sindicalismo de lutas, classista, independente dos governos e do patronato, com grandes mobilizações, greves parciais e gerais, em oposição ao sindicalismo pelego, apoiado pelos ditadores.

Em 1978, os sindicalistas operários das indústrias e montadoras do ABC Paulista prepararam as grandes greves, o que configurou o caráter massivo das mobilizações e greves e a articulação mais geral com trabalhadores e trabalhadoras de muitas categorias profissionais, que passaram a ter uma solidariedade ativa em relação aos movimentos grevistas. Outras categorias de trabalhadores iniciaram suas organizações para concorrer às eleições sindicais, em um verdadeiro campo de combate e de lutas; dentre elas, as categorias dos bancários, gráficos, têxteis, químicos e trabalhadores do serviço público.

Nessa ambiência de mobilizações e lutas, outros trabalhadores também retomaram as atividades de suas associações e de seus sindicatos, que foram fechados ou estavam desativados ou, ainda, sofreram alguma intervenção a partir do golpe militar de 1964, a exemplo das categorias profissionais dos assistentes sociais, engenheiros, médicos, enfermeiros e arquitetos. Desde então, um contingente significativo de profissionais

dessas categorias se inseriu no serviço público nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal). Profissionais do serviço público eram proibidos de registrar seus sindicatos, por causa da estrutura sindical vigente desde os anos de 1930, do período ditatorial de Vargas, baseada na *Carta del Lavoro*, de Mussolini, que forneceu as bases para o controle governamental sobre os sindicatos, de modo a também gerir a sua organização, para dividir a classe trabalhadora por categorias e não por ramos de atividade: “a colaboração de classes e o corporativismo são pilares da ideologia fascista impressa na estrutura sindical” (ABRAMIDES & CABRAL, 1995, p. 104). Naquele processo de mobilização e lutas insurgentes, os/as profissionais de diversas categorias entendiam ser fundamental a reorganização das associações pré-sindicais e dos sindicatos de categorias existentes (o que vigorava como estrutura sindical) e, juntamente com a classe trabalhadora, se colocaram em movimento para lutar por uma nova estrutura sindical por ramo de atividade econômica, classista, autônoma e independente do Estado e do patronato.

Em 1978, as assistentes sociais rearticulam a Associação de Assistentes Sociais do Estado de São Paulo (APASSP) e, juntamente com o Sindicato de Assistentes Sociais de Minas Gerais e a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Goiás (que também se reativaram de imediato), iniciaram um movimento de articulação para apoiar a reorganização sindical de assistentes sociais em todo o País. Naquele processo, o ponto de partida foi a realização de uma pesquisa sobre as condições de trabalho, salário e carga horária, a ser debatida em todo o País, como um instrumento mobilizador, a partir das condições concretas de trabalho das assistentes sociais. Para a pesquisa, contaram com o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o suporte político-financeiro do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), organismo acadêmico da Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (ALAEITS).

Ainda em 1978, existiam apenas duas associações pré-sindicais e um sindicato de assistentes sociais no País. Já em outubro de 1979, às vésperas do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o emblemático Congresso da Virada, eram 22 entidades sindicais, pré-sindicais e oposições sindicais de assistentes sociais em todo o País, sob a direção da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), que de forma organizada atuou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, com assembleias massivas de assistentes sociais, que imprimiram uma

nova direção sociopolítica à profissão, de ruptura com o conservadorismo, articulada às lutas sociais, voltada aos interesses da maioria da população, explorada e oprimida pelo capital. Foi no mesmo congresso que as assistentes sociais se reconheceram como trabalhadoras inscritas na divisão sociotécnica do trabalho, partícipes do trabalho coletivo, em sua condição de assalariamento, posteriormente reconhecendo e incorporando a questão da divisão racial e sexual do trabalho.

Naquela efervescência de mobilizações, os movimentos sociais iniciaram também seu processo de organização e lutas, tais como as relativas à questão da habitação, da saúde, do movimento negro unificado, das mulheres trabalhadoras (inseridas ou não no mundo formal do trabalho), da educação, dos trabalhadores do campo e do serviço público. Em 1978, os movimentos sociais, sindicais e populares se organizaram na Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), que aglutinou o campo combativo de lutas, em uma concepção e práxis sindical e popular construída pela base dos trabalhadores, com democracia interna, comissões de trabalho e proporcionalidade política na composição das diretorias das associações, dos sindicatos e dos movimentos.

Até a Constituição de 1988, os trabalhadores do serviço público eram proibidos de se organizar sindicalmente. Naquele período, as associações profissionais e os sindicatos das categorias profissionais cumpriram um papel organizativo decisivo perante os trabalhadores do serviço público. Em 1981, as entidades sindicais da categoria, inseridas – em sua quase totalidade – no sindicalismo combativo, estiveram presentes na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CON-CLAT). Em 1983, elas construíram e se filiaram à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na mesma direção, a APASSP (de 1978 a 1983) e o Sindicato de Assistentes Sociais (de 1983 a 1992) tiveram uma vinculação direta com as assistentes sociais trabalhadoras, que, em sua maioria, atuavam no serviço público nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Portanto, as lutas salariais, as negociações e os acordos coletivos de trabalho com o Governo Federal eram compostos, dentre outros sindicatos de categorias, com a APASSP e o Sindicato de Assistentes Sociais. De outro lado, a organização sindical estava presente no apoio direto às lutas populares.

No caso da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), os sindicalistas, os assistentes sociais e os segmentos profissionais estavam dedicados às lutas pelas creches diretas a serem assumidas pela PMSP, pela Reforma Sanitária, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo direito à moradia, pela urbanização das favelas, pela concessão do direito real de uso e posse da terra, pela redução da taxa mínima de água e luz nas favelas, pelo usucapião urbano, pela Reforma Urbana e pela Reforma Agrária. A ação sindical, portanto, estava voltada para as condições de trabalho e salário das trabalhadoras do serviço público, bem como para a articulação e o apoio às assistentes sociais em seu trabalho profissional desenvolvido nas várias secretarias municipais em que se operavam as políticas sociais, em articulação com as lutas sociais travadas pelos setores populares.

Uma vez expostos os condicionantes sociopolíticos da articulação da organização política profissional com os movimentos operários, sindicais e populares, iremos nos ater ao relato das ações profissionais em um espaço sócio-ocupacional da Prefeitura Municipal de São Paulo (no período de 1970 a 1982). No citado aparato institucional, a articulação ativa com as organizações populares se fazia em processo com as ações de assistentes sociais que já trabalhavam na PMSP na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980.⁵

Em meio às referidas experiências profissionais, destaca-se o trabalho das assistentes sociais no apoio à luta dos moradores de favelas por água encanada e luz em seus barracos e de resistência contra os despejos das áreas que há muito tempo ocupavam. Dentre elas, evidencia-se a presença da grande liderança exercida por Luiza Erundina de Sousa, assistente social da FABES e presidente da APASSP, que auxiliou a organização das(os) assistentes sociais para que não concordassem em acompanhar policiais nos processos de remoções.⁶ Como

5 Tais ações foram enfatizadas nas entrevistas realizadas com assistentes sociais que trabalharam nas várias Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo e que tiveram experiências de trabalho profissional junto aos processos de mobilização e organização popular na luta por direitos sociais no período de 1970 a 1995. As entrevistas realizadas compõem a pesquisa de pós-doutorado realizada por Maria Lúcia Duriguetto na PUC-SP no ano de 2023, sob a orientação da professora Maria Beatriz Abramides.

6 “Uma das lutas importantes que, na época, mobilizou a categoria foi a que se opôs ao Decreto Municipal nº 15.086, de 6 de junho de 1978, do então prefeito biônico Olavo Setúbal [...], que transferia para as Administrações Regionais a responsabilidade pela guarda e fiscalização das áreas livres da PMSP, determinava o uso de força policial e a intervenção dos assistentes sociais da Supervisão Regional de Serviço Social para impedir a ocupação das áreas vazias. A APASSP desencadeou, então, um movimento contra o decreto, denunciando seu caráter injusto e repressivo e manifestando apoio aos profissionais que se recusavam a cumprir o que ele determinava. Participaram dessa luta, além dos assistentes sociais, profissionais de outras categorias e os próprios moradores das favelas ameaçados de despejo ao se cumprir o referido decreto” (ERUNDINA, 2009, p. 3).

afirma a assistente social Márcia Accorsi, “ela era assistente social, mas estava junto dos movimentos, trazendo isso para alterar o Serviço Social, a política. E, de uma certa forma, nós nos espelhávamos nela” (informação verbal). Accorsi cita também os aprendizados com uma outra profissional: a assistente social Maria Inês Bertão.

Eu lembro que a Maria Inês Bertão sempre falava: “eu chego a qualquer lugar e pergunto onde estão os movimentos, se tem movimento aqui, [...] vamos conhecer os recursos da comunidade, as entidades, isso depois eu aprendo [...], vamos ver se tem movimento, [porque] a nossa referência aqui é procurar movimento; [por isso,] vamos ver o que tem de organizativo”. Então, era sempre junto com os movimentos, sempre. A gente não falava por eles [...]. A gente, muito pelo contrário, preparava: “vamos ter uma reunião com o secretário tal, vamos preparar o que nós vamos falar, quem vai falar”, era tudo assim: “quem vai falar isso, como abordar”, fazia dramatização. Às vezes, falávamos: “sou a secretária e estou falando não para você; então, como vocês vão agir, qual a resposta?” (informação verbal).

As reuniões eram realizadas nas instalações da PMSP (escolas, creches etc.) e também em assembleias das quais os movimentos participavam. A assistente social Maria Beatriz Abramides também evidencia tal compreensão: “Já tínhamos essa ideia de pensar o território não como espaço somente socioterritorial, mas como espaço de lutas, um espaço de sujeitos históricos, de sujeitos de classe”. Ela ainda afirmou que

nós começamos também um trabalho muito direto como assistentes sociais com a organização [chamada] Movimento Unificado de Favelas [MUF], em que a gente socializava as informações, lutava junto com eles pela urbanização das favelas, assumia uma postura contrária à remoção de favelas, em que a gente estava junto no processo de resistência desses moradores e, assim, conseguimos algumas conquistas (informação verbal).

A assistente social Rosângela Paz também enfatiza a relação dos profissionais com o movimento de creches e de moradia: “era muito forte a reivindicação de mulheres por creches. O movimento nos

conhecia e sabia quem éramos [...], que a gente era de esquerda, que elas podiam confiar na gente e tal” (informação verbal). O trabalho em favelas foi assim explicitado.

A gente fazia trabalho em favelas [...]. A gente tinha quase que um *roteirinho* básico. Se ia para a comunidade, você localizava quem eram as lideranças, quem eram as mulheres, [...] se tinha associação, se não tinha associação... Você fazia uma primeira aproximação [...]. Aí, marcava uma primeira reunião. Todo mundo fazia igual: primeiro, reunia todo mundo, juntava os moradores para explicar o que ia acontecer: [...] “queria ver com vocês o que vocês acham” [...]. E, depois, fazia uma comissão de mulheres, de jovens [...]. A gente foi criando isso [...] (informação verbal).

Especialmente a partir de 1978, no espaço institucional da Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES), um grupo de assistentes sociais conduzia, pelo debate coletivo com outras categorias profissionais, um tensionamento das suas condições e relações de trabalho,⁷ das políticas e dos serviços prestados (especialmente, a prestação de serviços por entidades assistenciais privadas e descompromissadas com a gestão democrática dos recursos públicos)⁸ e, em seguida, abordava as respostas institucionais exigidas aos profissionais em suas ações de atendimento às reivindicações coletivas postas pelos movimentos sociais (circunscritas ao âmbito da tutela, da atenuação dos conflitos e do controle social). Foi com tais vetores socioprofissionais e políticos que, em 1979, se criou um grupo de trabalho (GT).⁹

O confronto que se estabelecia no órgão municipal com os seus antigos dirigentes era frontalmente político, de desnudamento do seu

7 A ascensão do movimento sindical e das greves no cenário nacional, como exposto, impulsionou a deflagração de uma greve geral com alto grau de mobilização pelos funcionários da COBES, de modo que foram criadas as condições para que uma parcela considerável dos funcionários se organizasse “internamente no sentido de reverter a correlação de forças institucionais, colocando no centro da discussão a questão da legitimidade da prestação dos serviços dirigidos à população” (RAICHELIS, 1988, p. 101). Além disso, tratou-se de uma discussão cuja condução foi feita pelos assistentes sociais: “É o assistente social que sempre discutiu essas coisas com outros técnicos, quem conduzia, quem tinha realmente as divergências mais ou menos bem formuladas, quem tinha os grupos era o assistente social” (depoimento de uma assistente social entrevistada por Raichelis, 1988, p. 102).

8 Com a exceção dos programas habitacionais, que se desenvolviam diretamente com a população moradora das favelas.

9 Cabe ressaltar que a construção do GT se iniciou no retorno ao trabalho após a importante greve de servidores municipais em 1979, quando duas assistentes sociais da FABES (Luiza Erundina de Sousa e Assunção Hermendes) tiveram um papel preponderante. A proposta do GT, cujo processo foi analisado por Raichelis (1988), “pode ser resumida nos seguintes pontos fundamentais: reconhecimento do direito das

caráter arbitrário, autoritário e antipopular, em que sua conduta política imprimia um rumo ao trabalho dos técnicos com a população, cujos núcleos mais organizados respondiam prontamente às proposições de mobilização e resistência no confronto com o poder. O processo de ruptura com os dirigentes institucionais se aprofundou ainda mais com a política de exacerbação da demanda apoiada pela presença ativa e organizada dos movimentos populares, aos quais os próprios funcionários se juntam em frequentes manifestações diante do gabinete do prefeito ou do secretário do órgão, respaldadas pela imprensa oposicionista e por distintos setores de oposição ao regime. Assim foi o contexto que desencadeou as propostas do GT (RAICHELIS, 1988, p. 139).

As diretrizes e os princípios formulados pelo GT, que propunham um redimensionamento totalizante das políticas, dos serviços institucionais e das respostas profissionais, apontaram (conforme particularizamos aqui na nossa abordagem) que o espaço sócio-ocupacional adotasse como *política institucional o trabalho profissional nos processos de mobilização e organização popular*, ou seja, que transformasse em uma política institucional o que já estava sendo construído por parcelas de assistentes sociais.¹⁰ No item a seguir, nosso foco será expor a construção da nossa relação com o movimento de moradia no âmbito da Secretaria

camadas populares de se apropriar de bens e serviços públicos e de interferir nas diferentes instâncias do poder; atuação em nível de escola, de modo a abranger parcelas cada vez maiores da força de trabalho com o objetivo de propiciar-lhe condições concretas de reproduzir-se; ação descentralizada, respeitando a dinâmica sócio-política de cada região, garantindo autonomia para a discussão e o encaminhamento das soluções para as questões regionais; atuação enquanto prestação de serviço à população, visando ao atendimento das necessidades sociais, entendidas como direitos sociais e não como doação ou ajuda; priorização da atuação direta junto à população e indireta através de convênios com aqueles organismos empenhados no atendimento aos direitos sociais da população; eliminação do caráter assistencial das atividades desenvolvidas, reforçando as ações que colaborem efetivamente para a solução estrutural dos problemas sociais; reconhecimento e estímulo ao direito de participação da população, na perspectiva da educação popular, norteadora de todas as ações desenvolvidas; democratização das informações; ênfase na identificação e encaminhamentos coletivos da problemática social” (RAICHELIS, 1988, p. 103-104).

10 “Então, a ideia era a seguinte: já que a necessidade social é muito grande e a força que nós temos, orçamentária, política e de espaço, é zero, tinha que ser um negócio de trabalhar junto, organizar, aumentar o nível de reivindicação [...]. Então, não tem verba, vamos brigar juntos, ao invés de a gente atender e dizer: ‘o senhor volta no dia 10, porque a verba deste mês acabou’ [...]. É aquela história de você estar ao lado da população. Não de receber a população para reclamar, mas de ir junto reclamar, porque a gente concordava que a população tinha razão e não tinha por que ficar no guichê para receber, para brigar, [porque] aí frustra, ele te xinga para dizer que você é incompetente, e tudo isso. Então, a mudança é estar ao lado da população, e não estar no guichê, tanto que a palavra de ordem era ‘vamos sair das nossas escrivinhas’”. “[...] E, em resposta ao movimento social que já existia e do qual nós também fazíamos parte, foi se criando o tipo de resposta que a COBES poderia dar para deixar claro que ela não iria resolver o problema social, porque a pobreza não é um problema individual, pessoal [...]. Então, se nós não resolvemos os problemas sociais, também não iríamos abrandá-los e acobertá-los, que era o que se esperava da gente” (depoimentos de assistentes sociais entrevistadas por Raichelis, 1988, p. 98, 99 e 100).

da Família e Bem-Estar Social (FABES) e os desdobramentos repressivos e coercitivos ao movimento social e aos profissionais.¹¹

2. Assistentes sociais na linha de frente: movimentos de moradia, trabalho profissional e repressão

Me disseram que a Anna foi embora/E quem mandou foi um tal de coronel/Dali a pouco eu vi a nossa turma falando alto e te mandando pro quartel/Meu Deus do Céu, nunca vi tanta bobagem/Tinha que vir somente de um militar/Agora mesmo nós queremos ver a Anna/E a Izabel voltando pro seu lugar/Coronel, você é mesmo um palhaço/O seu plano é um fracasso/Anna Maria vai voltar/Coronel, tá chegando a sua hora/Se mexer com a Izabel/Desta vez vai cair fora/Me disseram que a Anna foi embora/E com isso eu não vou me conformar/Ou a Anna ficará sempre conosco/Ou a cabeça do coronel vai rolar (música de autoria de Messias, uma liderança da ocupação, baseada na melodia da música “Fusão Preto”, de autoria de Almir Rogério).

O crescimento populacional urbano no período autocrático-burguês deveu-se ao acelerado desenvolvimento industrial no contexto de um capitalismo dependente, tardio e concentrador de riqueza. No município de São Paulo, o crescimento foi, sobretudo, pujante nas periferias e nos subúrbios, locais caracterizados pela ausência de infraestrutura (saneamento, creches, escolas, postos de saúde e outros equipamentos públicos).¹² As condições precárias de vida nas periferias e nos subúrbios levaram à intensificação das organizações e reivindicações dos

11 A descrição da citada experiência foi baseada nos documentos: “Relato dos acontecimentos que envolveram os moradores do Jardim São Paulo e corpo técnico da FABES/Itaquera, Guaianases” (redigido pela assistente social Anna Maria Azevedo) e “Defesa com relação aos fatos relatados no Edital publicado no Diário Oficial em 2 de novembro de 1982” (de autoria de Pedro B. de Abreu Dallari, em 08/11/1982). Além disso, foi também baseada nos depoimentos que foram prestados à Comissão de Inquérito sobre a FABES, no dia 18/02/1983, transcritos da gravação da sessão e contidos no Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (2016), bem como nas entrevistas realizadas por Maria Lúcia Duriguetto com Rosângela Paz, Anna Maria Azevedo e Isabel Leopoldina da Luz. As entrevistas com Maria Beatriz Abramides, Raquel Raichelis e Márcia Accorsi foram realizadas por Maria Lúcia Duriguetto e Rosângela Batistoni.

12 Em 1980, 45% da população de São Paulo vivia nas favelas e nos cortiços, sendo que 11,66% das famílias tinham renda familiar de até dois salários mínimos e 46,6% tinham rendimentos que chegavam a cinco salários mínimos (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 216).

movimentos de moradia, que foram sistematicamente perseguidos, reprimidos e criminalizados pelos órgãos de repressão.

O Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (2016, p. 49) afirma que a cidade foi um dos principais centros de repressão política e de prática institucionalizada de diversas violações aos direitos humanos durante o regime autocrático-burguês.¹³ As greves geradas pelos movimentos sindicais e operários, o movimento por creches, o movimento contra a carestia, o movimento de moradia, o movimento por equipamentos de saúde, os movimentos estudantis e outras mobilizações coletivas foram violentamente reprimidos e considerados alvos principais dos órgãos de vigilância e repressão conduzidos por prefeitos biônicos aliados dos militares (à frente do Executivo Federal), com participação ativa de agentes da Prefeitura Municipal (*idem, ibidem*, p. 191). Particularmente sobre o que tratamos neste artigo, as ações de vigilância e repressão foram desenvolvidas nas áreas ligadas à assistência social e à moradia, que foram perseguidas “com especial virulência no início dos anos 1980, durante a gestão do coronel do Exército José Ávila da Rocha, à frente da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES)” (*idem, ibidem*, p. 205).

A experiência de trabalho profissional junto aos movimentos sociais e a ação de repressão e criminalização que aqui explicitamos aconteceram na região composta pelos bairros de Itaquera, Guaianases e São Mateus, que compõem a Zona Leste da cidade de São Paulo.¹⁴ Eram bairros que se caracterizavam por muitas favelas e processos fortes

13 A Comissão da Memória e Verdade considerou como violações aos direitos humanos “as diferentes práticas de perseguição, coerção, humilhação ou assédio a funcionários, com motivação política ou com o objetivo de coibir práticas associativas, sindicais ou contestatórias nas diferentes categorias profissionais de servidores e colaboradores da administração municipal” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 117).

14 Composta pelos bairros de Itaquera, Guaianazes, São Mateus, Cidade Tiradentes, Penha, São Miguel Paulista e Itaim Paulista, a Zona Leste se configura como uma das regiões periféricas da cidade com maior densidade populacional, com precarização das condições de vida e trabalho, com habitações precárias em favelas, com populações residentes em áreas de risco, em beira de córregos e nas encostas de morros. Por conta disso, a cada ano, devido às enchentes, os moradores têm de ser acolhidos temporariamente em escolas e centros esportivos. São mortes anunciadas, das quais o poder público tem conhecimento desde sempre, mas que somente nos momentos de chuvas torrenciais atende emergencialmente. Na realidade, em governos mais democráticos e populares, as ações referentes às alternativas habitacionais foram criadas; porém, ainda estavam muito aquém das necessidades reais da população. Os equipamentos de saúde, o transporte, o sistema educacional e as creches são deficitários até os dias de hoje, embora suas melhorias e a redução da precariedade possam ser consideradas resultados das lutas populares. Uma dessas lutas é referente a creches diretas, protagonizada por mulheres e que ainda continua até os dias atuais, em uma articulação do movimento de mulheres de toda a cidade nas regiões periféricas. A luta pelo SUS na Zona Leste foi realizada com assembleias populares extremamente representativas. Uma outra luta social bastante forte e que tem sua continuidade até o presente (2024) é a que se relaciona à luta desenvolvida pelos movimentos populares de moradia.

de organização da população, com a presença da Igreja Católica – com trabalhos sociais nos moldes daqueles realizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – e dos movimentos de saúde e de luta por creches, moradia, saneamento, água, luz e urbanização. Foi graças à realização dessas grandes mobilizações e organizações populares, aliada à inspiração dos pressupostos estabelecidos nas propostas do GT, que a equipe de assistentes sociais que fazia parte da FABES (regional de Itaquera-Guaianases)¹⁵ desenvolveu um trabalho na região, oferecendo apoio, articulação e fortalecimento dos movimentos sociais.

É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido era fruto de discussões e deliberações coletivas entre os diferentes profissionais que compunham as áreas em que estavam inseridos nas várias regiões da cidade.¹⁶ Por outro lado, o trato coletivo às ações que eram implementadas também se realizava nas áreas específicas em que atuavam, o que imprimia um envolvimento de todos os profissionais (e técnicos administrativos) nos processos de apreensão, discussão, troca de experiências e aprendizados coletivos sobre as questões nas quais estavam intervindo, como as de moradia, saúde, creches etc.

Na mesma direção, ao debaterem com moradoras das favelas, as assistentes sociais também abordavam todas as outras dimensões das lutas e, conseqüentemente, acompanhavam as assembleias populares de reivindicações sociais, rompendo com as setorizações fragmentadas e burocratizadas impostas pelas organizações públicas. Um dos pontos centrais desse trabalho coletivo foi o estabelecimento de uma relação cotidiana com os vários movimentos, organizações e lutas sociais que existiam nas áreas da cidade e nas áreas específicas em que os profissionais estavam alocados. Em relação a tal aspecto, Isabel Luz explicita que a equipe de profissionais era “preparada para conhecer

15 A equipe era integrada por assistentes sociais da Penha e de São Miguel Paulista, composta por Isabel Leopoldina da Luz (chefe da equipe de habitação), Rosângela Paz e Anna Maria Azevedo (supervisora), dentre outros profissionais (como sociólogos, sanitaristas, arquitetos, engenheiros, psicólogos e os técnicos administrativos). Aqui, nós queremos também nos lembrar da aguerrida socióloga Solange Mazzeo, que já não está mais entre nós.

16 A nova proposta de trabalho contida nas diretivas do GT indicava a implantação do trabalho por regiões e não mais por programas, buscando, com isso, a consideração da especificidade das regiões na formulação e implementação das ações. Foi implantado um mecanismo de assessorias por macrorregiões, as chamadas equipes zonais, para acompanhar e articular todos os programas nas áreas regionais, buscando garantir a especificidade das regiões e propiciar uma compreensão mais totalizante das refrações da questão social nas realidades em questão. A aproximação dos profissionais com as necessidades sociais das(os) trabalhadoras(es) possibilitava aglutinar as demandas de uma mesma microrregião, estimulando a crítica a partir de questões concretas, o que contribuía para o avanço do nível de consciência e organização para exigir direitos nas diferentes esferas de governo (VINER, 2000, p. 133-134).

as lideranças e discutir com elas [...], escutar suas reivindicações e, a partir disso, como poderíamos contribuir para que fossem atendidas” (informação verbal).

A realidade que eu encontrei era um trabalho muito forte da igreja junto à população, com as CEBs. Por outro lado, também os médicos sanitaristas trabalhavam com a população no movimento de saúde, na reivindicação de postos de saúde, de hospitais [...]. Havia também um grande movimento por creches das mulheres da periferia, movimentos de moradia e de urbanização de favelas, com as lutas por luz e água. Esses eram os movimentos mais fortes da época. E nós, como profissionais, temos que trabalhar escutando a população e as lideranças dos movimentos, trabalhar com a igreja, com o movimento de saúde, com o movimento de reivindicação por creches, com os movimentos de urbanização e de moradia. Não só os assistentes sociais [...], mas também os engenheiros, os arquitetos, os administrativos tinham que escutar a população. O trabalho passou a ser sempre escutando a comunidade, trabalhando com ela (informação verbal).¹⁷

Rosângela Paz corrobora tal apreensão e reforça que os profissionais tinham muita liberdade para fazer um trabalho em Itaquera e Guaianases, pois o “grupo que estava lá era de esquerda e trabalhava muito na habitação com os movimentos. Eram ocupações muito organizadas. E a gente entrava em todas para apoiar” (informação verbal). Ela ainda afirma que

havia um trabalho cotidiano, porque a gente tinha um trabalho de política de moradia muito forte, que era de atendimento e melhoria habitacional. Havia muitas obras em áreas porque a gente fazia muito esse trabalho em campo. Eram equipes multidisciplinares. Então, havia um trabalho efetivo nas áreas, mas a gente tinha um trabalho especialmente político com lideranças de ocupação. Isso era muito legal e encantador (informação verbal).

Na mesma direção, a assistente social Anna Maria Azevedo, que era a supervisora da área, relata o acontecimento da ocupação de 150 famílias no Jardim São Paulo, bairro de Guaianases, no extremo leste da capital paulista.

Nós já estávamos com um trabalho muito bom na área. Isabel [assistente social], com sua equipe, trabalhava com a habitação [...] e fazia reuniões com os moradores para ouvir e levar propostas para a secretaria, que nem sempre eram aceitas, mas eram sempre defendidas. [...] De repente, houve aquela invasão, eu não sabia, mas era na área da minha gestão. Chegaram os líderes do movimento. Fui chamada e parti para a área. Fui ver. Eram casinhas de alvenaria. Muita gente já com suas barracas. Aí, chegaram as lideranças, que vieram nos conhecer. Firmamos o nosso compromisso com eles: “vamos lutar por vocês”. Isabel estava à frente e reafirmou: “vamos lutar” (informação verbal).

Um acontecimento importante foi o posicionamento das assistentes sociais para que a FABES acolhesse, em seus programas e serviços, as necessidades sociais postas pelas famílias da ocupação. Raquel Raichelis elucida o fato.

O povo invadiu [...] [uma área]. Na secretaria, uma área invadida não podia ser atendida, porque isso seria corroborar [a situação]. As assistentes sociais fizeram toda uma articulação para mostrar para a secretaria que a questão era uma necessidade social. A questão da invasão era secundária, diante dessas necessidades. Uma secretaria de bem-estar social tem que atender a demanda social! Levaram a secretaria a implantar programas em áreas invadidas, porque a demanda social era uma demanda daquela secretaria (informação verbal).

Rosângela Paz relata como era o trabalho das assistentes sociais com o movimento.

Então, era um trabalho que não aparecia, porque o que acontecia era o seguinte: o movimento ocupava grandes glebas, porque essa era uma área da cidade em expansão de território. Então, eram áreas particulares,

onde ocorriam conflitos, seja de despejo ou de polícia em cima. Então, eles sabiam [...]. A gente ia para a área sem o carro da prefeitura. Naquele dia, eu tinha que fazer uma relação com o movimento. Eu ia sempre com meu fusquinha até Itaquera... Só ia para a área com meu carro, não ia com o carro da prefeitura. Eles sabiam que era a Rosângela que estava lá. Anna Azevedo, que era minha supervisora, estava lá. Então, a gente tinha uma equipe muito coesa, inclusive, com uma chefia que respaldava o que a gente fazia. Basicamente, a gente ajudava eles a pensarem em estratégias [...]. A gente tinha uma relação de aliança com os movimentos, porque a gente não podia entrar oficialmente, mas quando a gente entrava, eles sabiam que podiam contar com a gente. Então, a gente fazia as reuniões clandestinas com eles e ficava depois do expediente esperando eles chegarem, para passar a informação. A gente era um canal deles, para passar muita informação. Então, era uma relação de aliança política com o movimento (informação verbal).

No dia 28 de setembro de 1982, a indústria têxtil do Grupo Tsuzuki obteve, por liminar de um juiz, a reintegração de posse de um terreno da companhia. A população foi despejada com reforço policial. Assim relata o acontecimento a assistente social Anna Azevedo.

Fui lá conversar com o coronel. “Vamos adiar um pouco”, falei. Fui conversar com eles e organizar. A gente queria era ganhar tempo, para ver se ele concordava em receber proposta deles. Eles queriam comprar o terreno [...]. Outra proposta era para que a prefeitura desapropriasse o terreno e deixasse eles lá, para aos poucos urbanizar. Levei essa proposta. “Amanhã, estará um pelotão para tirar eles de lá e vão todos para a CETREM [Central de Triagem e Encaminhamento]”, disse o coronel. Falei: “Não! Não dá! É muita gente! Vamos ficar ali”. Não adiantou. Voltei com essa informação. “Amanhã cedo, eles vão chegar. Nós não temos o que fazer. Nós vamos para lá”. Nós fomos. A equipe foi, para evitar que fizessem qualquer maldade [...] (informação verbal).

As famílias foram alojadas na Escola Municipal Saturnino Pereira (EMSP). O secretário não acatou a solicitação feita pelas assistentes

sociais, que era para que as famílias ficassem em um abrigo na Escola Municipal Madre Joana Angélica, que estava situada mais perto do Jardim São Paulo. No alojamento da EMSP, onde as famílias ficaram por três meses, a responsabilidade pelo provimento do essencial (alimentação, colchões, cobertores, material de limpeza, organização e manutenção do alojamento) foi assumida pelas assistentes sociais da SURS de Itaquera.¹⁸ Rosângela Paz elucida: “[...] a gerência do abrigo era nossa [...], até para evitar os conflitos, todas essas coisas. Em todas as assembleias e discussões políticas, a gente participava com eles, estando efetivamente em todos os debates” (informação verbal). Também nessa direção, afirma Anna Azevedo: “a gente fazia reuniões todas as tardes com a comissão e as lideranças, para a gente estar organizando os passos de negociação [...]” (informação verbal).

Com o apoio das profissionais, em uma audiência com o secretário e assessores, foi criada uma comissão, que foi recebida no dia seguinte ao do despejo. No encontro, a comissão solicitou que a prefeitura atuasse como intermediária junto ao Grupo Tsuzuki, para que a indústria vendesse o terreno. No caso de negativa da empresa, a comissão propunha que a prefeitura fizesse a desapropriação do terreno e, posteriormente, providenciasse que os lotes fossem vendidos à população. No entanto, uma semana depois do despejo, todos os barracos foram derrubados diante da presença do secretário (04/10/1982). Durante aquele período de tentativas de negociação, a postura do secretário foi de total descon sideração em relação às necessidades reais da população e de descrédito perante as informações levantadas pelos técnicos da unidade da FABES de Itaquera-Guaianases, sobretudo diante dos dados apurados pelas assistentes sociais. Naquela ocasião, ele fez encaminhamentos paralelos de investigações com seus assessores e realizou orientações às famílias.

Não havia discussões técnicas e orientações mediadas com os profissionais da regional em questão, como seria de se esperar em uma secretaria e na FABES Central. Ele insistiu em encaminhar propostas diretamente à população, que não foram aceitas justamente porque não levavam em conta os interesses das famílias. Além dessa atuação, os assessores do gabinete usaram medidas de pressão e intimidação da

18 “Duas lideranças conversaram com as pessoas para irem para a escola, porque a luta seria lá e com nós juntos. Fomos organizar o abrigo. Criamos uma comissão para separar homem de mulher e para prover a comida. Pediram para cozinhar. Demos um jeito. Foi bem organizado. As equipes de São Miguel e de Penha vieram nos ajudar. A gente não abandonou o abrigo nenhum dia, nenhuma noite [...]. Apareceram por lá Luiza Erundina e Eduardo Jorge. Eles foram aparecendo para ajudar [...]. Nesse meio tempo, a gente ia negociando [...]” (informação verbal de Anna Maria Azevedo).

população e, perante as famílias, fizeram uma tentativa de desacreditar os técnicos que realizavam o trabalho no alojamento (Relatório Técnico de Anna Maria Azevedo, mimeo, s/d).

O secretário passou a acionar sistemas de intimidação, como a presença de indivíduos estranhos nas reuniões, carros não identificados parados em frente ao alojamento e acompanhamento, por veículos estranhos, das viaturas usadas pelas profissionais em seus deslocamentos pela área, além de canais escusos de informação, por meio de escutas telefônicas. A intimidação culminou com o seu comparecimento no alojamento (02/10/1982) com porte de arma.¹⁹ Ele também fez declarações à imprensa, alegando que a população estava sendo manipulada por “abutres ideológicos” em suas reivindicações, para criar a “técnica do impasse”. Quando as soluções dadas pelo secretário não foram aceitas pelas famílias, pois eram soluções autoritárias, que desconsideravam as necessidades básicas da população, ele fazia acusações aos técnicos e ao grupo de apoio no alojamento, chamando as profissionais de “comunistas”.

Após novos contatos entre a população e a administração pública municipal, agentes públicos localizaram a Gleba do Pêssego, no bairro de Itaquera, área pertencente à Coordenadoria de Habitação Popular (COHAB), onde as famílias enfim foram assentadas.²⁰ Os lotes de interesse social da COHAB seriam vendidos às famílias despejadas. Já o material para a construção das moradias seria fornecido pela prefeitura. Os servidores da FABES se ocuparam da organização da população em comissões de trabalho, providenciaram a confecção dos documentos de identidade e iniciaram o procedimento de inscrição para a aquisição dos lotes. A negociação foi encerrada com a definição de 150 lotes, com barracos que seriam construídos com material da prefeitura, em sistema de mutirão, além de mais 250 lotes para os despejados não alojados no abrigo. Uma vez definida a proposta, iniciaram-se os trabalhos de documentação para a inscrição e a compra de lotes, assim como de triagem

19 “O coronel ameaçou por diversas vezes os companheiros do apoio. Numa noite, sacou a arma no salão da escola. Subiu um pouquinho atrás e fez a pregação anticomunista, dizendo: ‘vocês estão cercados de comunistas. No regime comunista, vivem debaixo da arma’. Apontava, então, a arma para todo mundo, e o pessoal todo se afastava dele. Era um espetáculo horrível. Fomos ameaçados várias vezes [...]” (depoimento prestado no dia 18/02/1983 à Comissão de Inquérito sobre a FABES, registrado no Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, 2016, p. 206).

20 Maria Beatriz Abramides explicitou que se realizava, naquele momento, uma articulação do trabalho profissional com toda a Zona Leste: “começamos um trabalho integrado com as três regionais: São Miguel Paulista, Penha e Itaquera-Guaianazes, [...] que era a luta da reivindicação popular para a desapropriação de uma área municipal para interesse social, para ser uma destinação da função social da terra, que era para habitação popular” (informação verbal). Anna Maria Azevedo evidenciou o trabalho coletivo das profissionais das áreas e também o apoio dos padres de São Mateus.

para o recebimento de auxílio financeiro para a aquisição de material para a construção dos barracos, que contou com a total colaboração da população. As profissionais da FABES continuaram se ocupando da organização da população em comissões de trabalho para limpeza, segurança, controle das condições de saúde, recreação e acompanhamento das construções. Além disso, mantiveram plantões permanentes nos três turnos no abrigo.

As tentativas de intimidação e desmobilização do trabalho das profissionais com a população se intensificaram. Em visita ao local onde estavam sendo construídos os barracos, o coronel propôs a alguns dos despejados que eles invadissem os primeiros barracos que seriam construídos²¹ e, por contatos individuais, incitou uma indisposição contra a comissão de representantes dos moradores, referindo-se aos membros da comissão como agitadores, subversivos, inimigos dos desabrigados etc.

Em 25 de outubro de 1982, funcionários do Setor de Contabilidade da FABES estiveram no alojamento para que os desalojados assinassem recibos referentes à entrega do material que havia sido fornecido pela prefeitura para a construção dos barracos. As assinaturas foram negadas pelas famílias, porque desconheciam a relação do material que constava nos recibos.²² Um dia depois dessa tensão, o coronel designou Paulo Celso Quadros Ribeiro para assumir a coordenação dos trabalhos. A supervisora da unidade regional de Itaquera-Guaianases, a assistente social Anna Maria Azevedo, responsável até então pelo trabalho que vinha sendo desenvolvido, entendeu que sua unidade havia sofrido uma intervenção e considerou-se demissionária do cargo de supervisora, caso a intervenção efetivamente se consumasse.

No mesmo dia, a assistente social Isabel Leopoldina da Luz, que respondia pela chefia da equipe de habitação que desenvolvia o trabalho com a população (como as providências de documentos e as tratativas dos contratos com a COHAB), tomou conhecimento, por intermédio do Diário Oficial, de sua transferência para a unidade da

21 A proposta do coronel para a invasão dos barracos foi denunciada em assembleia. Os desabrigados decidiram dobrar a guarda dos barracos em construção na Gleba do Pêssego. Em decorrência desse clima de tensão, houve um desentendimento entre os homens que realizavam a guarda, que culminou no assassinato de um deles.

22 Com o impasse, um representante da FABES se dispôs a entregar a relação do material e, no mesmo dia, em uma reunião, ele a apresentou; porém, sem os respectivos valores individuais, uma vez que mostrava apenas o gasto total. O fato foi bastante questionado, pois os moradores entendiam que o valor apresentado era maior do que o realmente gasto. A reunião foi encerrada sem haver concordância, por parte da administração da FABES, em apresentar discriminadamente cada valor gasto.

FABES da Freguesia do Ó. O fato foi relatado pelas profissionais às equipes da Penha e de São Miguel, que se encontravam envolvidas nos trabalhos. Assim, na noite de 26 de outubro de 1982, elas comunicaram a situação à população, que manifestou o desejo de comparecer, junto com as profissionais, à audiência por elas marcada com o secretário para o dia seguinte, com a finalidade de esclarecer as medidas tomadas. Rosângela Paz lembra: “a gente saiu de Itaquera junto com a população num ônibus e nas viaturas, as kombis, que a gente chamada de viaturas, e fomos para a secretaria com uma pauta, que era para a reunião. Nós fomos em massa” (informação verbal).

Às 10h do dia 27 de outubro de 1982, os 17 supervisores das unidades regionais da FABES chegaram à secretaria²³ para uma reunião de rotina. Simultaneamente, compareceram ao gabinete do secretário, para uma audiência marcada no dia anterior, a supervisora da unidade da FABES de Itaquera-Guaianases, funcionários das unidades da FABES da Zona Leste de São Paulo e uma comissão que representava os moradores da mesma região, composta por representantes de favelas de Itaquera e dos desalojados.²⁴ Todos reivindicavam ao secretário a readmissão da assistente social Anna Maria Azevedo e a volta da assistente social Isabel Leopoldina da Luz para a administração regional de Itaquera-Guaianases.²⁵ Os demais servidores presentes na secretaria solidarizaram-se com o grupo da população e dos servidores da Zona Leste, já que entendiam que as medidas tomadas pelo secretário representavam uma quebra da autonomia das unidades regionais da FABES.²⁶

23 A sede da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social ficava na rua Pedro de Toledo, na Vila Mariana.

24 Relata Anna Maria Azevedo: “na reunião dos supervisores, havia uma fila fora, no alambrado, para poder entrar. Todos os nossos representantes de favelas da região estavam lá [...]. Os técnicos das equipes de Itaquera, São Miguel, Penha, todos estavam lá, além dos outros técnicos das outras supervi-sões, que, quando ficaram sabendo, foram para lá. Encheu” (informação verbal).

25 “Nós não abrimos mão da negociação com o Curiati e com o coronel. Somos contra o afastamento das meninas, [nós] as queremos conosco. Faremos abaixo-assinados [...]. Queremos Anna e Isabel de volta. Só elas podem resolver o nosso problema [...]. Vamos em frente nessa luta até o fim. Eu derramarei meu sangue por ela, onde estiver. Eu quero que a dona Anna e a dona Isabel voltem para dar apoio para a gente. Se não fossem essas duas senhoras, a gente estava aí, jogado na sarjeta. Esse coronel tem é inveja! Lugar de coronel é dentro do quartel” (depoimento de Elias da Cunha, que estava entre os moradores do bairro de Itaquera e Guaianases que foram à sede da secretaria, para a edição do jornal “O Estado de São Paulo” de 29/10/1982).

26 “[...] Eu me lembro de uma situação em que uma liderança me disse: ‘a senhora não pode ir embora, porque nós temos os braços, temos as pernas, mas só temos meia cabeça’. Isso queria dizer que a outra metade era composta pelas informações que trazíamos da prefeitura [...] e levávamos a eles, dizendo quais eram as possibilidades, quer fossem pelo governo do estado, quer fossem do município. Então, a gente preparava a população para questões sobre o orçamento, os programas, como eles poderiam apresentar o projeto habitacional deles, como chegar até o prefeito, onde ele estaria naquele fim de semana. Acho que o que construiu essa confiança foi esse trabalho que fizemos, de preparar a população para as

O secretário não se dispôs a receber as pessoas presentes, exceto por seus assessores diretos.

No final da manhã, o secretário entrou na sala de reuniões, onde se encontravam os que haviam solicitado uma audiência. Logo ao chegar, ele comunicou que havia solicitado a presença de policiais e disse que todos poderiam se considerar presos, inclusive as crianças. A seguir, determinou o fechamento dos portões da secretaria, com a ordem de impedir a entrada ou a saída de qualquer pessoa. Naquele momento, aproximadamente 20 viaturas policiais cercaram a sede. Os portões da FABES permaneceram fechados até as 14h, sem a permissão da entrada dos funcionários da secretaria, que estavam em horário de trabalho. No interior da secretaria, o clima era de extrema tensão, em virtude da presença ostensiva de policiais, que chegaram ao cúmulo de acompanhar as pessoas que iam beber água ou que se dirigiam ao banheiro. As pessoas estavam sem comida e sem água, confinadas em salas guardadas por policiais.²⁷ Por telefone, algumas pessoas que estavam no interior da secretaria entraram em contato com parlamentares, entidades e funcionários da FABES.²⁸ Por volta das 14h, em decorrência de gestões realizadas por membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e por deputados, foram abertos os portões da FABES. Naquele momento, assistiu-se a um grande afluxo de servidores da FABES à sede para mostrar solidariedade aos colegas, além de profissionais da imprensa.

Foi formada uma comissão, integrada por 10 servidores e 10 representantes dos moradores, além de advogados que se encontravam presentes e que manteriam contato com o secretário. A comissão, no entanto, não conseguiu se reunir com o secretário, razão pela qual foram

reivindicações dela durante a ocupação na escola, além de fortalecer as lideranças existentes e apontar para elas os caminhos que tinham que seguir. [...] Eles tinham uma meta, que era conseguir uma proposta do secretário, e sabiam que eu e Anna éramos elementos-chave nessa negociação. [...] Eles confiavam porque tínhamos muito contato com as lideranças Wilson e Messias [...] e as lideranças influenciavam a população que estava na escola [...]. Os movimentos das outras favelas sabiam da importância do nosso trabalho junto a eles e isso tinha ressonância entre eles” (informação verbal, a partir de depoimentos de Isabel Leopoldina da Luz). “O povo reconhecia a gente como assistente social, porque sabia que a gente estava do lado deles” (informação verbal, a partir de depoimento de Márcia Accorsi).

27 “Ele mandou fechar os portões! Tudo fechado! Para ir ao banheiro, o pessoal tinha que ir acompanhado. Foi um horror! E ele não negociava com a gente. Ele saiu e veio o chefe de gabinete, que disse que ele não tinha condições psicológicas para receber ninguém. E [...] o povo cantando lá fora” (informação verbal, a partir de depoimento de Anna Maria Azevedo).

28 “Ele não ouviu e já mandou prender: ‘ninguém sai, ninguém entra’. E aí a gente ficou organizando internamente os grupos, as mulheres, a questão da alimentação... Conseguimos fazer uma pessoa fugir por uma portinha para entrar em contato com a Comissão de Justiça e Paz [...]. Aí, saiu na imprensa [...]. E as pessoas em pânico lá dentro [...]” (informação verbal, a partir de depoimento de Rosângela Paz).

feitas tratativas com o chefe de gabinete, com parlamentares e com membros da Comissão de Justiça e Paz. O coronel chegou a concordar com a revogação da intervenção na FABES em Itaquera-Guaianases e, após se recusar a revogar a transferência da assistente social Isabel Leopoldina da Luz, concordou com a proposta apresentada pelos parlamentares de autorizar sua designação para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a partir de onde a referida assistente social poderia ser autorizada a trabalhar novamente em Itaquera.

A proposta foi recusada pelos moradores e servidores, pois tal encaminhamento dava a entender que o trabalho da servidora era político-partidário, o que não correspondia à verdade, pois sua ação era consonante com o trabalho desenvolvido pela FABES. A não aceitação da proposta criou um impasse, já que a transferência da assistente social, responsável pela chefia da equipe de habitação, acarretaria uma descontinuidade dos trabalhos desenvolvidos pela unidade da FABES da Zona Leste.

Às 21h, os portões da secretaria voltaram a se fechar, estando fora diversos grupos de pessoas solidárias às reivindicações da comissão. O clima tornou-se ainda mais tenso, com ameaças de prisão e violência. Por volta das 2h30min do dia 28 de outubro de 1982 – em meio ao clima de tensão, decorrente das ameaças de invasão do local por tropas de choque da polícia, de prisão e de enquadramento da população e dos funcionários na Lei de Segurança Nacional²⁹ –, os que se encontravam no interior da secretaria (cerca de 200 pessoas) decidiram se retirar da sede, rumo à Igreja de São Francisco, onde se realizou uma assembleia, para a avaliação da situação e o encaminhamento de propostas.³⁰

29 Em reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” de 29/10/1982, há um relato da ação, orquestrada pelo coronel Ávila e por agentes do DOPS, no princípio da madrugada, que provocou a imediata retirada dos 200 moradores e do numeroso grupo de assistentes sociais “amotinadas”, segundo a descrição do secretário para os jornalistas. “Em sua sala, o coronel havia recebido a deputada Irma Passoni [que era muito respeitada entre a população da periferia] e relatou a ela que tinha recebido um telex do ministro da Justiça que autorizava a mobilização das tropas de choque para o despejo dos ‘invasores’. Mas esse telex não existia, e sim breves informes do coronel sobre a ocupação ao prefeito Salim Curiati. A deputada dirigiu-se à população e aos servidores solicitando que todos saíssem por ter visto o suposto telex. Quando a deputada transmitia sua opinião, seis viaturas do patrulhamento tático móvel que estavam estacionadas perto do prédio da secretaria haviam saído um pouco antes da fala da deputada. As viaturas voltaram fazendo um barulho de sirenes e pneus cantando, dando a sensação de que as tropas de choque estavam chegando. Diante de todo esse aparato forjado pelo coronel, os moradores – homens, crianças, mulheres grávidas – resolveram sair em fila indiana e mãos dadas em direção à Igreja de São Francisco. Quando a deputada, ao perceber que caíra em um blefe, pediu ao coronel que lhe fosse mostrado o tal telex do ministro, ele lhe foi negado. O coronel relatou o blefe ao Jornal da Tarde” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/10/1982).

30 Relato de Maria Beatriz Abramides: “Luiza Erundina, eu, Xana e Lena Arigucci saímos de madrugada com a Irma Passoni para ir para a igreja da Vila Mariana em passeata. E foi uma conquista, porque depois eles foram obrigados a recuar e ter uma alternativa habitacional na Gleba do Pêssego, para

Então, veja como foi muito importante tudo isso: a articulação, a discussão, a insurgência, a resistência e a nossa forma de organização. A gente estava muito junto e envolveu a universidade. Quando ocorreu a discussão sobre a Gleba do Pêssego, a universidade foi até lá e nos apoiou. Quando a gente estava cercado pela polícia, os outros profissionais foram para lá, junto com os movimentos sociais. E digo que ocorreu uma efervescência muito grande de conquista. Então, nós conseguimos que a Gleba do Pêssego fosse, de fato, instaurada (informação verbal).³¹

A situação perdurou até a gente sair de madrugada, até chegar a negociação para a gente sair. Então, a gente saiu de passeata até a Igreja de São Francisco, que estava mais perto, para fazer a assembleia lá. Então, foi de fato, assim, um momento muito importante. Essa ocupação gerou depois um projeto grande, que foi a Gleba do Pêssego, que fez história (informação verbal).³²

Foi emocionante ver aquela gente reconhecer quem estava do lado deles. Foi muito bom. Foi a experiência mais gratificante que eu tive profissionalmente (informação verbal).³³

A intervenção imposta à unidade da FABES de Itaquera-Guaianases foi revogada no dia 29 de outubro de 1982, às 17h. No dia 3 de novembro, o Diário Oficial da Cidade de São Paulo publicou uma listagem com os nomes de 19 servidores que passariam a responder a processos administrativos, por terem participado de atos de insubordinação e de desrespeito à autoridade e à lei, de incitamento da população atendida pela FABES, de tumulto e, também, por terem facilitado a ação de agitadores profissionais junto à população, fatos que tiveram como clímax a ocupação violenta da sede da FABES desde as 10h do dia 27 até as 3h30 do dia 28 de outubro (DALLARI, 1982, p. 15-16).

aqueles movimentos sociais organizados. A gente fazia assembleias populares lá [...]. A assistente social Isabel L. Luz, emocionada entre os beijos e abraços que recebe dos moradores, expressa: “está havendo uma regressão na secretaria, principalmente com a entrada do coronel. Nós sentimos que ele não sabe o que é o diálogo, ele dialoga com armas, enquanto a população vai falar. Os moradores demonstram e demonstraram uma maturidade incrível e eles não querem ver isso. Há uma organização própria deles. Nós, funcionários públicos, vivemos sempre sob tensão, inseguros, com a instabilidade do trabalho” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/10/1982).

31 Depoimento de Maria Beatriz Abramides.

32 Depoimento de Rosângela Paz.

33 Depoimento de Anna Maria Azevedo.

O advogado³⁴ recorreu ao documento: “Política de Atuação e Estrutura Organizacional da Coordenadoria do Bem-Estar Social – COBES”, de 1979, produzido pelo GT já citado. A sua tese de defesa considerou o parâmetro de atuação da FABES, que dispõe que a “ação do poder público não deve servir para amenizar as contradições do sistema econômico, mas sim para promover a participação política da população, no sentido de que esta se organize, a fim de reivindicar a melhoria de suas condições de vida e trabalho” (DALLARI, 1982, p. 17-18). Segundo Dallari, é no referido contexto que se insere a atuação profissional dos servidores e dos demais funcionários da FABES. “O intenso envolvimento do acusado com a população se deve à própria natureza das atividades desenvolvidas pela FABES, sendo esta a razão que levou o acusado a permanecer junto à população que se encontrava nas dependências da FABES nos dias 27 e 28 de outubro” (DALLARI, 1982, p. 18).³⁵

No dia 28 de outubro de 1982, representantes de mais de 30 entidades públicas se reuniram na sede da APASSP, onde redigiram uma nota de repúdio, na qual denunciavam a criminalização da organização popular e as tentativas de intimidação dos profissionais. Segundo documentos analisados pela Comissão da Memória e da Verdade, em 1º de novembro, o coronel enviou ao delegado Romeu Tuma (então diretor do Departamento de Ordem Política e Social – Deops/SP) informações sobre a ocupação de 250 “invasores” da sede da secretaria, que, segundo o coronel, chegaram em dois grupos.

A primeira onda, composta por todos os funcionários da SURS-IG, um candidato a vereador pelo PT e membros

34 Pedro B. de Abreu Dallari foi o advogado que defendeu as profissionais do Serviço Social (e outros profissionais) contra o inquérito administrativo criado pela FABES. Participaram da defesa também os advogados Adilson de Abreu Dallari, Sebastião B. de Barros Tojal, Sérgio Rabello T. Renault e Valéria Simões Lira.

35 Pedro Dallari denuncia o caráter absolutamente aleatório que caracterizou a seleção dos indiciados para o processo administrativo. “Toda a ação da população e dos funcionários da FABES foi eminentemente coletiva; mais de 300 funcionários da secretaria estiveram no local; destes, apenas 19 foram acusados, sendo que dois dos indiciados não compareceram à secretaria em momento algum dos acontecimentos” (DALLARI, 1982, p. 26). Com base em tais argumentos, ele solicitou a anulação do processo instaurado, dentre outros motivos, em decorrência da completa ausência de provas das acusações que foram feitas no edital que instaurou o processo administrativo. Nos dias 2 e 13 de dezembro, mais 10 funcionários passaram a responder ao processo administrativo, sendo que 9 eram de Itaquera, totalizando 29 servidores. Entre as assistentes sociais indiciadas estavam Márcia A. Accorsi Pereira, Maria Beatriz C. Abramides, Chana Viner, Ana Lúcia dos Anjos (que, além de serem assistentes sociais da FABES, eram da Diretoria da APASSP e estiveram presentes em todo o processo de organização e luta), Rosângela S. Oliveira da Paz Cury, Viviane Patrícia Delgado, Denise Neri Blanes e Muna Zein. Os 29 indiciados foram absolvidos em 12 de março de 1983.

de uma suposta comissão de dirigentes dos abrigados na Escola Saturnino Pereira. A segunda onda de invasores era composta, basicamente, pelos invasores do Jardim São Paulo, favelados de Vila Flávia, dois religiosos, uma vereadora do PT e alguns funcionários desta Secretaria. [...] Diante da flagrante invasão, não houve alternativa para a Comissão de Justiça e Paz senão tentar a mediação. Algo que seria absolutamente impossível, já que, seguindo as táticas do método dialético marxista do Serviço Social, a assembleia foi entregue a coordenadores que só queriam o impasse. [...] Este secretário deixou passar mais algum tempo e, em seguida, realizou uma operação psicológica mais frontal, lançando temor entre os invasores e, com uma série de ardis comuns da guerra psicológica, conseguiu que os insubordinados saíssem pacificamente (COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 63).³⁶

Novos ataques do coronel às assistentes sociais foram feitos ao jornal Folha de S.Paulo, em que as acusava como “agentes revolucionárias, que estão utilizando a população como massa de manobra para atingir interesses político-ideológicos”.³⁷ Segundo o Relatório da Comissão da Memória e da Verdade (2016, p. 99), em 1982, o secretário distribuiu um documento aos supervisores regionais, em que denunciava a “‘filosofia’ dos trabalhadores da COBES, afirmando que era um pensamento que se propunha a reconceituar o Serviço Social a partir da dialética materialista de Marx e Engels”.

A repressão aos movimentos sociais e aos funcionários municipais, em especial nas áreas ligadas à assistência social e à moradia, na gestão do coronel Ávila à frente da FABES, foi investigada e denunciada por uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) instalada na Câmara Municipal de São Paulo.³⁸

36 “O secretário afirmou [...] que o que ele viu e relatou ‘nada mais é do que a instauração de um processo de baderna e anarquia nesta cidade, com vistas à implantação do comunismo no País’. Acrescentou, ainda, a necessidade de obter respaldo do prefeito para agir ‘cirurgicamente na extirpação do câncer marxista que nos assola, instaurando inquérito administrativo contra os funcionários que, através das fotos dos órgãos de segurança, conseguimos identificar’ e que ‘os procedimentos de Direito Administrativo fatalmente nos darão elementos para o enquadramento desses funcionários na Lei de Segurança Nacional [...]’” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 212).

37 FOLHA DE S.PAULO. “Ávila acusa assistentes sociais”. São Paulo, 14/11/1982 *apud* RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 98.

38 A citada CEI foi criada por requerimento do vereador Walter Feldman, aprovado em fevereiro de 1983, para, entre outros pontos, apurar: “[...] o encaminhamento de solução para os problemas de

Conclusão

A construção deste trabalho profissional junto às famílias desalojadas e com o movimento que organizam pelo direito à moradia e contra a demissão e o remanejamento das profissionais tem seus móveis sociopolíticos centrais na reativação das organizações e lutas sociais daquela conjuntura, com a qual a organização política da categoria se articulou e foi construtora ativa.

A maioria das profissionais que estavam à frente do trabalho na região que aqui relatamos já construía, na década de 1970, o apoio às lutas do movimento sindical, dos movimentos sociais nas suas mais variadas e ricas reivindicações por direitos sociais e na participação da construção das organizações partidárias de esquerda e progressistas (sobretudo, a partir de 1979). E eram sujeitos da mediação dessas lutas no espaço organizativo da categoria, em que a reativação da organização sindical foi o ponto culminante para o fortalecimento da articulação dos segmentos profissionais com as lutas sociais desenvolvidas no período na cidade e no estado de São Paulo.

As determinações sociopolíticas das lutas sociais e sua expressão na organização política da categoria ensejam a criação de tensionamentos no espaço sócio-ocupacional aqui analisado, cuja expressão foi a formação das propostas do GT elaborado no âmbito da COBES em 1979, das quais, dentre as suas perspectivas de trabalho profissional, se destaca o desenvolvimento de uma relação direta com as mobilizações e organizações dos trabalhadores. O conhecimento de suas organizações, reivindicações e lideranças passou a ser uma condição necessária para a construção do trabalho profissional na região, o que, como bem afirma Isabel Luz, “destacava o Serviço Social. As reivindicações davam

moradia da população carente; o processo de criação e funcionamento de creches; a forma de aplicação das verbas da secretaria; a discriminatória seleção e contratação de pessoal; as ameaças e punições de servidores ligados a esta pasta” (2016, p. 205). Nas conclusões e propostas da CEI, foram evidenciadas as ameaças, intimidações e punições aos funcionários de forma arbitrária e injustificada e a adoção de uma política autoritária e centralizadora, que obstruiu o processo, instaurado em 1979, de abertura de espaço para a participação de técnicos e da população no encaminhamento das soluções das demandas e necessidades sociais, a desativação de equipes de trabalho e as intervenções em supervisões regionais (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 206). O referido conjunto de denúncias da CEI definiu o afastamento do coronel Ávila, com sua exoneração (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA MEMÓRIA E VERDADE DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 207). O coronel retornaria à Prefeitura do Município de São Paulo no governo de Jânio Quadros, quando continuou a repressão aos movimentos de moradia, naquela oportunidade como secretário de Defesa Social, com o comando da Guarda Civil Metropolitana, que seria criada durante a gestão municipal de Jânio Quadros, com a exata função de reprimir os movimentos sociais.

a direção ao nosso trabalho. Eu tinha que partir deles. Eu tinha que trabalhar com eles” (informação verbal).³⁹

O enfrentamento do poder institucional pela defesa dos interesses e das necessidades das 150 famílias desalojadas gerou o recrudescimento da repressão, das demissões, dos afastamentos e dos indiciamentos de profissionais, muitas delas à frente da condução do processo de implantação da proposta do GT.

A relação e a articulação que as profissionais mantiveram com a organização e as mobilizações desenvolvidas pelos moradores constituíram a base política de sustentação das propostas e das ações que se faziam no âmbito institucional.

Nós tínhamos uma relação muito orgânica com os grupos organizados em algumas regiões. Por exemplo, quando a gente ia para a área, se reunia nos locais, às vezes nas casas deles ou às vezes na associação. Essa corrente de transmissão era muito forte e qualquer coisa que acontecesse na secretaria, de perseguição política e tal, rapidamente trazia essa mobilização. Eles se manifestavam, iam para a porta da secretaria, mandavam carta, manifesto, enfim [...]. Eu lembro que isso era muito presente. Isso acontecia muito, mesmo, porque a gente tinha essa relação orgânica, não era uma coisa eventual (informação verbal).⁴⁰

A experiência relatada expressa com vigor a relação direta das profissionais com as lutas dos movimentos sociais, articuladas com suas reivindicações por moradia. Houve todo um empenho na concepção e no trabalho profissional articulado na COBES e, posteriormente, na FABES, quando as assistentes sociais se pautavam em uma concepção da profissão com direção social definida coletivamente desde 1979, no Congresso da Virada, que era de ruptura com o conservadorismo na profissão.

39 Isabel Luz ressalta que a “presença do trabalho social da Igreja Católica, dos movimentos de creches, de saúde e de habitação no contexto de muitas organizações e lutas foi fundamental para impulsionar o trabalho que foi feito com eles. Não partiu dos profissionais do Serviço Social, mas a área que ele encontrou não poderia ser trabalhada sem contatar a Igreja Católica com o movimento de saúde, não poderia ser trabalhada sem escutar os movimentos sociais e as lideranças existentes. [...] As lideranças estavam formadas em suas reivindicações, e isso foi incorporado por todos os profissionais que trabalhavam na região – arquitetos, sociólogos, psicólogos e os administrativos. [...] Foi um trabalho diferenciado do realizado nas outras regiões [...]” (informação verbal).

40 Depoimento de Rachel Raichelis.

Ressaltamos também a importância do envolvimento de todos os profissionais das diferentes áreas nos processos de discussão e troca de experiências sobre as refrações da questão social com que defrontavam, seja nas diferentes zonas da cidade, seja na zona específica em que atuavam. Assim, reuniões zonais ocorriam por todas as zonas da cidade, em um trabalho coletivamente construído, avaliado e socializado, com uma metodologia de trabalho profissional que partia das múltiplas determinações postas na realidade social, em um momento da luta contra a ditadura, na crise da autocracia burguesa, no eclodir da luta de classes pelos movimentos sindicais e sociais da cidade e do campo e estudantis.

Na mesma direção, buscou-se romper com a fragmentação e a setorialização das políticas, criando possibilidades para uma apreensão integrada das necessidades sociais e o envolvimento coletivo dos profissionais na construção das ações. Foi com tal orientação que a atuação no Jardim São Paulo era discutida na regional de Itaquera, mas socializada em reuniões periódicas de profissionais da Zonal Leste, para traçarem tática e estrategicamente suas ações cotidianas.

Os depoimentos aqui relatados evidenciam um trabalho de compromisso sócio-histórico com os movimentos sociais, em que eram sujeitos vivos, ativos, protagonistas de suas lutas imediatas e históricas. Esta experiência relata, sobretudo, a relação direta e cotidiana entre as profissionais e a população demandatória de seus direitos, historicamente negados pela sociedade do capital, com maior recrudescimento nos períodos ditatoriais.

Aqui, constatamos a ação repressora, punitiva, violenta e policialesca do então coronel Ávila, à frente de uma secretaria basilar para o atendimento das duras e múltiplas necessidades das massas trabalhadoras, notadamente nas regiões mais periféricas e com ausência de serviços públicos, como a Zona Leste da cidade de São Paulo. É nessas regiões mais precarizadas que encontraremos movimentos expressivos por moradia, mas também pelo SUS, por creches diretas, por transporte coletivo, por ensino básico e fundamental. E foi na relação com tais movimentos (em particular, com o que aqui nos detivemos, que foi o movimento de moradia) que as profissionais tiveram a força política para tensionar os encaminhamentos dados pelo secretário, que se antagonizavam com os que elas propunham coletivamente, *com e junto* ao movimento. “Uma coisa de Itaquera – a gente era o poder público e

não era uma coisa muito fácil criar aliança em um poder público que, naquele momento, fazia parte de uma ditadura. [...] Itaquera foi uma escola para lidar um pouco com o conflito, para conhecer como é que a gente estabelecia essas relações de confiança” (informação verbal).⁴¹

Isso posto, é importante ressaltar que, ao debaterem com moradoras das favelas, as assistentes sociais também debatiam todas as outras dimensões das lutas e, conseqüentemente, acompanhavam as assembleias populares de reivindicações sociais, rompendo com as setorizações fragmentadas e burocratizadas impostas pelas organizações públicas. Revisitar e revelar a experiência relatada nos possibilita ousar afirmar que, nos marcos da ruptura com o conservadorismo, há muitas experiências profissionais que não foram registradas. E aqui vai um convite para que façamos esse movimento. Que as lições do passado nos auxiliem, neste momento histórico, a projetar perspectivas futuras para o nosso projeto ético-político profissional, no sentido de recuperar avanços, detectar lacunas e reafirmar nosso posicionamento nos marcos de uma nova sociedade, sem a exploração de classe e sem opressões de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geracional.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, Anna Maria. “Relato dos acontecimentos que envolveram os moradores do Jardim São Paulo e corpo técnico da FABES/Itaquera, Guaianases”. São Paulo, mimeo, s/d.

DALLARI, Pedro B. de Abreu. “Defesa com relação aos fatos relatados no edital publicado no Diário Oficial em 2 de novembro de 1982”. São Paulo, mimeo, 8/11/1982.

ERUNDINA, Luiza. Memória da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APASSP), 2009. Disponível em: <<http://exerciciodapaixaopolitica.blogspot.com/2011/11/memoria-da-associacao-profissional-dos.html>>. Acesso em: 8 jan. 2024.

O ESTADO DE SÃO PAULO (periódico). São Paulo, ano 103, nº 33.019, p. 15, 29 out. 1982.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Relatório da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo**, dez./2016. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

VINER, Chana. “As possibilidades de estratégias coletivas de ação profissional no atendimento a questões de sobrevivência da população: o plantão social”. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.